



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

ANEXO XIV - POLÍTICA DE INGRESSOS



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

SUMÁRIO

1.	DISPOSIÇÕES GERAIS	3
2.	DIRETRIZES APLICÁVEIS AOS INGRESSOS.....	4
3.	POLÍTICA DE INGRESSOS	5

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1. Nos termos da Cláusula 4 do CONTRATO, o objeto da CONCESSÃO abrange a exploração da ÁREA DA CONCESSÃO, o que inclui a exploração da FERROVIA e do PRAC.
 - 1.1.1 Durante o PRAZO DA CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA terá direito de auferir receita decorrente da exploração dos SERVIÇOS DE PASSEIOS TURÍSTICOS, mediante a cobrança de INGRESSOS, observados os termos do CONTRATO e deste ANEXO.
 - 1.1.2 A exploração dos SERVIÇOS DO PRAC, por sua vez, deverá ser realizada considerando a premissa de que os USUÁRIOS terão acesso gratuito às dependências do PRAC, sendo vedada a cobrança de INGRESSOS para tanto.
 - 1.1.2.1 Sem prejuízo do disposto no item 1.1.2 acima, a CONCESSIONÁRIA terá liberdade para explorar atividades geradoras de RECEITAS ACESSÓRIAS nas dependências do PRAC, mediante a oferta de serviços adicionais aos USUÁRIOS, como a venda de produtos, aluguel de bicicletas e serviços gastronômicos, dentre outros, desde que sejam observadas as disposições do CONTRATO e do seu ANEXO XII.
- 1.2. A cobrança de INGRESSOS para os SERVIÇOS DE PASSEIOS TURÍSTICOS deverá observar:
 - I. as regras previstas neste ANEXO, no CONTRATO e nos demais ANEXOS do CONTRATO;
 - II. o cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO e a manutenção dos níveis de serviço estipulados no CONTRATO e nos seus ANEXOS;
 - III. a satisfação dos USUÁRIOS;
 - IV. as gratuidades e regras de meia entrada previstas no item 3.1, sem prejuízo da possibilidade de a CONCESSIONÁRIA ampliar os referidos benefícios, por sua conta e risco;
 - V. os valores máximos permitidos para a cobrança de INGRESSOS, nos casos especificados no item 3.2 deste ANEXO, os quais serão reajustados nos termos previstos no item 3.2.1 e seguintes;
 - VI. eventuais descontos sobre o valor dos INGRESSOS aplicados pela CONCESSIONÁRIA, por sua conta e risco, conforme, por exemplo, horário ou frequência de utilização; e

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

VII. a inaplicabilidade do reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em decorrência: (a) dos valores definidos pela CONCESSIONÁRIA para os INGRESSOS, ressalvada a hipótese prevista no item 3.2.1; (b) de eventuais descontos que venham a ser aplicados pela CONCESSIONÁRIA, por sua conta e risco, sobre o valor dos INGRESSOS, nos termos do item “vi” acima; e (c) de eventuais benefícios adicionais aos indicados no item 3.1 que venham a ser concedidos pela CONCESSIONÁRIA, por sua conta e risco, nos termos do item “iv” acima.

2. DIRETRIZES APLICÁVEIS AOS INGRESSOS

2.1. Além do disposto no CONTRATO e nos seus ANEXOS, a CONCESSIONÁRIA deverá observar as seguintes diretrizes quando da definição do valor dos INGRESSOS:

- I. dispor de estruturas físicas de bilheterias e/ou terminais de autoatendimento, a serem instalados nos pontos de acesso dos USUÁRIOS aos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, sem prejuízo da possibilidade de disponibilização adicional de meios digitais de aquisição que entender adequado em seu modelo comercial;
- II. elaborar política de INGRESSOS própria, contendo os valores a serem cobrados pela prestação dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, observando as previsões constantes deste ANEXO, especialmente o item 3.2, do CONTRATO e dos demais ANEXOS;
- III. tornar pública a política de INGRESSOS vigente, mediante a utilização de instrumentos de comunicação visual nos pontos físicos de venda e de autoatendimento disponíveis na FERROVIA e nos demais ambientes virtuais em que vier a comercializar os INGRESSOS;
- IV. explorar a ÁREA DA CONCESSÃO e prestar os SERVIÇOS de forma adequada;
- V. manter sistema de gestão dos dados de visitação, fornecendo mensalmente à AGÊNCIA REGULADORA, em até cinco dias úteis após o término do mês de referência, informações relativas às entradas inteiras, meia entradas e gratuidades nos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO;
- VI. observar as possíveis formas de utilização dos BENS REVERSÍVEIS;
- VII. respeitar a capacidade da área do PRAC e do MATERIAL RODANTE empregado na exploração da FERROVIA, bem como o ciclo de vida útil dos BENS REVERSÍVEIS;
- VIII. avaliar a satisfação dos USUÁRIOS, em conformidade com o disposto no CONTRATO e nos seus ANEXOS, observadas as disposições constantes do ANEXO VI; e
- IX. considerar serviços que ofereçam variados tipos de experiência de visitação aos

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

USUÁRIOS, incluindo aspectos de acessibilidade a pessoas com deficiência.

3. POLÍTICA DE INGRESSOS

- 3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá considerar, na elaboração de sua política de INGRESSOS, o disposto no quadro-resumo abaixo, sem prejuízo do seu dever de garantir outros benefícios que sejam impostos pela legislação e pela regulamentação vigentes:

Gratuidade	Meia Entrada
Guias de turismo, conforme a Lei Federal nº 8.623/1993.	Professores das redes públicas estadual e municipal de ensino, conforme a Lei Estadual nº 10.858/2001.
	Coordenadores pedagógicos, supervisores e titulares de cargos do quadro de apoio das escolas das redes públicas estadual e municipais de ensino, conforme a Lei Estadual nº 15.298/2014.
	Nos termos da Lei Federal nº 12.933/2013, (i) idosos, (ii) estudantes, (iii) jovens com idade de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos, comprovadamente carentes, nos termos do item 3.2, I, II e III abaixo; e (iv) pessoas com deficiência, inclusive seu acompanhante, quando necessário.

- 3.1.1 Além de observar as gratuidades e regras de meia entrada constantes do item 3.1, a CONCESSIONÁRIA deverá:

- I. disponibilizar, de maneira clara e acessível, as informações relativas às gratuidades e meias entradas oferecidas aos USUÁRIOS nas bilheterias e/ou terminais de autoatendimento localizados na FERROVIA, bem como nos meios virtuais de comercialização de INGRESSOS disponibilizados pela CONCESSIONÁRIA ou cuja venda tenha sido autorizada pela CONCESSIONÁRIA;
- II. realizar o controle de acesso dos USUÁRIOS que gozem dos benefícios de gratuidades e meias entradas tratadas no item 3.1 acima; e
- III. cumprir as obrigações prevista na Lei Federal nº 12.933/2016 relacionadas à disponibilização de meia entrada para os USUÁRIOS que se enquadrem na referida lei.

- 3.2. A CONCESSIONÁRIA terá liberdade para definir os valores dos INGRESSOS para os SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, desde que sejam observados seguintes requisitos mínimos:

- i. Na prestação de SERVIÇO DE PASSEIO TURÍSTICO no trecho especificado no item 1.1.1 do ANEXO II.C, a CONCESSIONÁRIA deverá, em dias úteis,

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

respeitar o valor máximo de R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) para a cobrança de INGRESSOS;

- ii. Na prestação de SERVIÇO DE PASSEIO TURÍSTICO no trecho especificado no item 1.1.2 do ANEXO II.C, a CONCESSIONÁRIA deverá, em dias úteis, respeitar o valor máximo de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) para a cobrança de INGRESSOS;
 - iii. Na prestação de SERVIÇO DE PASSEIO TURÍSTICO no trecho especificado no item 1.1.3 do ANEXO II.C, a CONCESSIONÁRIA deverá, em dias úteis, respeitar o valor máximo de R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais) para a cobrança de INGRESSOS; e
 - iv. Observado o disposto no item item 3.1, a CONCESSIONÁRIA terá liberdade para definir valores dos ingressos: (a) para prestação de SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO em trechos não especificados nos subitens “i”, “ii” e “iii” deste item 3.2; e (ii) para prestação de SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO nos trechos especificados nos subitens “i”, “ii” e “iii” deste item 3.2 nos finais de semana e feriados.
- 3.2.1 Os valores máximos previstos nos subitens “i”, “ii” e “iii” do item 3.2 acima deverão ser reajustados anualmente, nos termos da Lei Federal nº 9.069/1995, por meio da variação do IPCA, observadas as previsões das Cláusulas 24.1.19 e 46.2.13 do CONTRATO.
- 3.2.2 O primeiro reajuste deverá ser realizado após o transcurso de 1 (um) ano contado da DATA DE ASSINATURA, considerando a variação do IPCA ocorrida entre o mês anterior ao da DATA DE ASSINATURA e o mês anterior à data do primeiro reajuste.

$$T_n = T_0 \times \left(1 + \left(\frac{IPCA_n}{IPCA_0} \right) \right)$$

T_n : tarifa reajustada;

T_0 : tarifa no momento da assinatura do contrato;

$IPCA_0$: valor do índice do mês anterior a assinatura do contrato

$IPCA_n$: valor do IPCA do mês anterior ao aniversário do contrato.

- 3.2.3 Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o disposto nos itens 3.2.1 e 3.2.2, a forma de reajuste deverá ser adequada aos novos dispositivos legais, devendo ser avaliada a ocorrência de eventual desequilíbrio econômico-

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

financeiro do CONTRATO decorrente desta alteração.

- 3.2.4 Na hipótese de não ser conhecido o índice de reajuste previsto no item 3.2.1, a fim de permitir que o seu cálculo seja feito na data de sua aplicação, adotar-se-á, de forma provisória, o índice calculado com base na última variação mensal disponível, até a data de sua aplicação, sem prejuízo da observância da periodicidade do reajuste.
- 3.2.4.1 Quando da publicação do índice definitivo, far-se-á o reajuste previsto no item 3.2.1.
- 3.2.5 Na eventualidade do índice de reajuste previsto no item 3.2.1 deixar de existir, a AGÊNCIA REGULADORA passará de imediato à aplicação do indicador substitutivo, nos termos da legislação aplicável.
- 3.2.5.1 Caso não seja oficializado um índice substitutivo, a AGÊNCIA REGULADORA e a CONCESSIONÁRIA definirão de comum acordo o novo indicador, adotando-se, na hipótese de não se alcançar consenso, os procedimentos de solução de controvérsias previstos no CONTRATO.
- 3.2.6 Para efeitos de reajuste previsto no item 3.2.1, os valores serão calculados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se os valores calculados a partir da 5ª (quinta) casa decimal, sendo arredondados mediante a aplicação dos seguintes critérios:
- 3.2.6.1 Quando o algarismo na casa dos centavos for menor ou igual a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero); e
- 3.2.6.2 Quando o algarismo na casa dos centavos for superior a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero) e aumentar-se-á de 1 (um) o algarismo da casa das dezenas de centavos.
- 3.2.7 O cálculo do reajuste citado no item 3.2.1 será feito pela CONCESSIONÁRIA e encaminhado à AGÊNCIA REGULADORA com 10 (dez) dias de antecedência da data de cada reajuste.
- 3.2.7.1 A AGÊNCIA REGULADORA poderá determinar à CONCESSIONÁRIA a correção do cálculo referido no item 3.2.7 até a véspera da data fixada para cada reajuste, obrigando-se a CONCESSIONÁRIA a realizar as correções determinadas.
- 3.2.7.1.1 O reajuste será efetivado nos termos da determinação da AGÊNCIA REGULADORA, sendo certo que, caso a CONCESSIONÁRIA discorde de referida determinação, poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsias previstas no CONTRATO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

- 3.2.7.2 Caso a AGÊNCIA REGULADORA não se manifeste sobre o cálculo referido no item 3.2.7 até a data do reajuste, será aplicado automática e provisoriamente o valor proposto pela CONCESSIONÁRIA, até a homologação da AGÊNCIA REGULADORA, quando então se fará, se necessário, a alteração dos valores citados no item 3.2.7, com o eventual pagamento, ao PODER CONCEDENTE, no prazo de 30 (trinta) dias, do montante correspondente a valores recebidos a maior pela CONCESSIONÁRIA.
- 3.2.8 A AGÊNCIA REGULADORA somente poderá deixar de homologar e autorizar o reajuste dos valores máximos previstos nos subitens “i”, “ii” e “iii” do item 3.2 se demonstrar, fundamentadamente, que:
- 3.2.8.1 Houve erro no cálculo do reajuste realizado pela CONCESSIONÁRIA, hipótese em que se aplicará o previsto no item 3.2.7.2; ou
- 3.2.8.2 Não se completou o período para aplicação do reajuste.
- 3.3. Caso o PODER CONCEDENTE pretenda estabelecer, unilateralmente, valores máximos para os INGRESSOS que sejam inferiores aos previstos nos subitens “i”, “ii” e “iii” do item 3.2, o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deverá ser recomposto, conforme previsto pela Cláusula 24.1.19 do CONTRATO.
- 3.4. A CONCESSIONÁRIA poderá prever em sua POLÍTICA DE VIAGEM, a ser homologada pela AGÊNCIA REGULADORA, nos termos da Cláusula 43.1.76.1 do CONTRATO, que serão cobrados valores adicionais pelos serviços de reserva de assentos ou de transporte de bagagens e outros volumes que superem os limites máximos abrangido nos INGRESSOS, assim como adicionais de conforto e comodidade, nos termos do item 1.1.13 do ANEXO XII, não estando tais valores sujeitos aos limites máximos estipulados nos subitens “i”, “ii” e “iii” do item 3.2.